

3

Primeira parte da defesa do princípio de não-contradição

3.1

A estrutura do primeiro argumento

Duas possibilidades de leitura de um argumento de Aristóteles, ou melhor, duas maneiras de como o argumento poderia ser completado se apresentaram a nós. As duas possibilidades de leitura constituem dois argumentos. Um argumento que procede *top-down* e outro que procede *bottom-up*. O primeiro passa da exigência de que seja possível dizer algo com significado para a exigência de predicados terem significado determinado. O segundo prescreve que haja conhecimento discriminatório do objeto, a fim de que possamos nos referir determinadamente ao objeto particular e pensar algo sobre esse particular. Neste capítulo nos dedicaremos a expor o primeiro argumento.

O argumento *top-down* se inicia com o opositor concordando em dizer algo (*Met.* 1006a11-14) e em responder às nossas perguntas (*Met.* 1007a6-9). Pedimos que aquele que rejeita o princípio diga algo com sentido para si e para um outro (*Met.* 1006a21). Se o opositor imaginário diz algo com significado *determinado* (*Met.* 1006b7), é possível lembrar-lhe que, implicitamente, fez uso do princípio de não-contradição. Na continuação do argumento, Aristóteles passa da tese de que (a) o discurso tem significado apenas no caso desse significado ser determinado para a tese de que (b) podemos dizer algo de determinado somente no caso de o significado do predicado utilizado ser determinado (*Met.* 1006a29–1006b17). (Nomearemos (a) e (b) de “postulado da determinação do sentido”). É apenas no caso de o predicado significar algo de determinado que podemos dizer algo de determinado com uma frase predicativa.

Após algumas clarificações e respostas a algumas possíveis objeções, o argumento termina da seguinte maneira: se, por exemplo, ‘homem’ significa determinadamente animal bípede, então, é impossível ele não ser um animal bípede; logo, não se pode dizer, de fato, que a mesma coisa é e não é um homem (*Met.* 1006b28-34). Em outras palavras, se um predicado ‘*F*’ significa algo de determinado, ele não pode significar seu oposto, pois quem diz algo determinado deve estar dizendo uma coisa e não outra. Isto é, essa pessoa deve excluir, pelo menos, o contraditório daquilo que quis dizer. Portanto é impossível dizer verdadeiramente que algo é *F* e verdadeiramente que este mesmo algo não seja *F*. Essa é a maneira como Ernest Tugendhat interpreta o argumento aristotélico ao início do capítulo 4 do Livro IV da *Metafísica* (Tugendhat & Wolf, 1996, pp. 47-48). Para repetir os passos finais e citar um outro autor que possui uma interpretação, na prática, idêntica ao argumento, consideremos o que Christopher Shields explana em seu livro sobre Aristóteles. Caso o opositor dissesse ‘Sócrates é um homem’ e aceitássemos que dizer algo significativo envolve dizer uma coisa *determinada*, então, como o opositor disse algo significativo, ele está atribuindo um sentido determinado ao termo ‘homem’, em consequência, está afirmando que *Sócrates é homem*, ele não pode também estar (ao mesmo tempo e sob todos os mesmos aspectos) afirmando que *Sócrates é não-homem*. Nesse último passo, quando é afirmado que algo é *homem*, está excluído que estejamos entendendo que esse mesmo algo seja também um *não-homem*. Por exemplo, se afirmamos que Sócrates é um homem, pelo *sentido* da expressão linguística ‘homem’, está *excluída* a possibilidade de que também digamos que ele é uma poça d’água (Confira Shields, 2003, p. 295). Essa exclusão se deve à condição de que significação a que nomeamos de “postulado da determinação do sentido”, a saber: significar algo, é dizer algo com sentido determinado.

Apesar de a estrutura do texto de Aristóteles não ser nada clara (*Met.* 1006a31-b34), podemos resumir a interpretação que Tugendhat e Shields fazem do trecho em passos: [i] o opositor diz algo, ele dá algo a entender, por meio de uma frase declarativa; [ii] o opositor diz algo com sentido para si e para um outro, ou seja, ele dá algo a entender para si e para um outro; [iii] alguém diz algo com sentido somente se o sentido do que diz é determinado; [iv] o sentido de uma frase declarativa é determinado apenas se o sentido do termo geral, usado como predicado, é determinado; logo, [v] as palavras do opositor têm determinado sentido

e não um outro qualquer, isto é, quem diz uma coisa com sentido diz uma coisa e não outra. Essa é a estrutura de nosso “primeiro argumento”.

A rigor, poderíamos enfraquecer o passo [i] exigindo talvez que o opositor dissesse alguma *palavra* - uma palavra como ‘Sócrates’, ‘homem’ ou ‘branco’ – desde que essa palavra tivesse um sentido que contribuísse para *o que* frases declarativas *dão a entender*, frases nas quais ela (a palavra) pudesse aparecer. Expliquemos: o oponente diria apenas *algo* de significativo e não necessariamente uma frase completa, desde que esse *algo*, esta palavra, tivesse um sentido que nos permitisse compreender o que uma frase declarativa (em que essa palavra ocorre) dá a entender. De modo geral: desde que entender o sentido dessa palavra faça remissão à compreensão de frases, em que ela pode aparecer, poderíamos exigir, com o passo [i], que o oponente “pronuncie algo com sentido”, uma palavra. Isso talvez fosse mais próximo ao texto de Aristóteles que não exige que o oponente diga algo que possa ser classificado como verdadeiro ou falso (uma frase declarativa), pois “exigir que o adversário afirme que algo é ou não é o caso” poderia parecer já postular o princípio (*Met.* 1006a18-20). Contudo tal enfraquecimento na formulação do passo [i] nos traria complicações desnecessárias, por isso, neste contexto, apartamo-nos de uma interpretação fiel do texto aristotélico.

Os passos [iii] e [iv] formam, em conjunto, o “postulado da determinação do sentido”, cf. segundo parágrafo desta seção. Para futura referência, aproveitamos para deixar explícito como essa determinação foi entendida, isto é, como “dizer algo que, no mínimo, *exclui* outras coisas”, ou seja, dizer algo de determinado é dizer uma coisa e não outra. A isso nos referiremos como “a ideia ou o pensamento básico” deste primeiro argumento o qual identifica uma condição de possibilidade para que um discurso tenha significado. Lembremos que, para que um elemento do discurso possa vir a ser classificado como verdadeiro ou falso, justificado ou injustificado, é necessário que primeiro se entenda esse elemento como sendo significativo. O argumento parte do fato de que, em passos [i] e [ii], o opositor diz algo com sentido tanto para si como para um outro (*Met.* 1006 a 22-24) e conclui que [v] significar algo de determinado é possível apenas se assumimos a validade do PNC. De outro modo, uma condição necessária para o discurso significativo (ou com sentido) é que o PNC seja válido. Dessa maneira, para Tugendhat, a necessidade do PNC se funda, neste argumento, nas condições de fala e não na

“essência” do (a) real ou do (b) pensar. Esse autor rejeita que o PNC seja estabelecido, neste trecho do argumento aristotélico, (a) como válido para as coisas elas mesmas ou para a “natureza última do real” (versão ontológica) ou (b) como descrevendo o modo como pensamos ou estabelecendo o modo como devemos pensar (versão psicológica). Tugendhat indica “a condição de possibilidade para que se fale – e isso significa: para que se dê algo a entender – é que se fale algo de determinado” (Tugendhat & Wolf, 1996, p. 47). Este primeiro argumento versa sobre condições do *falar* significativo, quer dizer, trata-se de um argumento que estabelece o PNC em sua versão semântica e não (a) ontológica, nem (b) psicológica.

O que deveria incomodar o opositor aqui imaginado não é tanto o fato de que negar ou violar o PNC o comprometeria com a aceitação de uma contradição – isso não o incomodaria, pois ele está preparado para aceitar contradições. O que deveria incomodar o nosso opositor é que sua rejeição ao PNC o comprometeria com a impossibilidade de o falar significativo e informativo (da linguagem) sobre as coisas. A ideia é de que o opositor não poderia aceitar essa consequência, não mais do que ele poderia aceitar seriamente *se conceber* como sem linguagem e mudo como um vegetal. Como já explicado no *Capítulo 2*, o que o opositor deixa ou não deixa de crer não é o relevante do argumento. O argumento é um experimento de pensamento que visa a nos convencer, nós que lemos e refletimos sobre o argumento, do papel ou função do PNC. Nós é que devemos compreender que quem aceita falar significativamente já pressupõe o PNC ou que, para entender o que um outro diz, já se utiliza o PNC. O argumento tem como objetivo tornar explícito *para nós* que aquele que se contradiz, i.e. aquele que insistentemente afirma que “algo é e não é”, sem querer dar maiores clarificações, não mais respondendo às questões do interlocutor, não mais está dialogando e, por isso, não deu nada a entender. O opositor, ao se contradizer, teria que “pagar o preço” de ser incompreendido, a saber: de nada dizer significativamente.

3.2

Uma caracterização de inconsistência

Em *Introduction to Logical Theory*, antes de responder diretamente à questão “O que é inconsistência?”, Strawson propõe uma série de outras perguntas como “Por que evitar inconsistência? Qual o problema de nos

autocontradizermos?” (Strawson, 1952, p. 2). Notemos que para esse autor as duas últimas questões têm, de início, o mesmo significado. Na mesma página, Strawson esclarece que “...seria inconsistente (ou autocontraditório)...” e “...selecionarei essa noção de inconsistência ou autocontradição para uma discussão detalhada” (Strawson, 1952, p. 2). Claramente esse ‘ou’ que consta nessas duas últimas citações está indicando que o autor trata as expressões ‘inconsistência’ e ‘autocontradição’ como sinônimas ou equivalentes.

Para nossos propósitos, que envolvem explicar e defender o PNC, será importante reservar o termo ‘inconsistência’ para um uso e ‘autocontradição’ para um outro. O PNC afirma que *contradições são impossíveis*. Adiantamos que, para nós, ‘impossível’ significará logicamente impossível, que, ao final, será elucidado como algo que é proferido, mas não possui sentido. Para a clarificação desse ‘sem sentido’ e ‘logicamente impossível’, as reflexões de Strawson sobre ‘inconsistência’ serão de grande valor e retornaremos constantemente a elas. Contudo, ao defender o princípio, nossa estratégia geral será mostrar que àquele que profere uma contradição não sabe do que fala, isto é, que *o discurso autocontraditório é inconsistente*. Daí a relevância de sermos precisos e reservar o termo ‘inconsistência’, para num sentido *lato*, significar discurso sem sentido e ‘autocontradição’ para significar o discurso ou o proferimento de uma contradição. ‘Contradição’, nessa perspectiva, sendo entendida de uma maneira um pouco mais estrita, um discurso com uma certa forma lógica específica que envolve negação e a atitude de não querer dar mais explicações quando questionado etc.

3.2.1

Início da investigação

É possível que traga alguma iluminação notarmos que, mesmo em manuais de lógica matemática, a relação entre inconsistência e contradição é enunciada de maneira próxima ou mesmo equivalente. Para mencionar exemplos concretos, vejamos algumas definições que aparecem nos livros *Elementary Logic* de Benson Mates e *Mathematical Logic* de Ian Chiswell e Wilfrid Hodges.

Benson Mates define um conjunto de sentenças como sendo *consistente* ou *satisfazível* se existe uma interpretação que torne todas as sentenças desse conjunto verdadeiras (Mates, 1970, p. 57). Há, pelo menos, essa outra noção de consistência que *Elementary Logic* define: um sistema de regras é *consistente* se não existe

nenhuma sentença P tal que P e a $\sim P$ são ambas deduzíveis desse sistema (Mates, 1970, p. 134). Mates repete a mesma definição declarando que um conjunto de sentenças é *consistente com respeito à derivabilidade* se uma sentença da forma $P \& \sim P$ não é derivável desse conjunto (Mates, 1970, p. 136). Colocam-se, em paralelo, as respectivas definições de ‘inconsistência’ para mais tarde comenta-las:

(Inconsistência 1) Um conjunto de sentenças é *inconsistente₁* se não há interpretação que torne todas as sentenças desse conjunto simultaneamente verdadeiras.

(Inconsistência 2) Um conjunto de sentenças é *inconsistente₂* se há pelo menos uma sentença P tal que P e $\sim P$ sejam ambas deriváveis desse conjunto.

Chiswell e Hodges mencionam duas concepções de inconsistência análogas ou paralelas a essas. Uma fórmula é dita *inconsistente* ou *contraditória*, se nenhuma estrutura é um modelo para essa fórmula (Chiswell & Hodges, 2007, pp. 67 e 137). Apesar de Chiswell e Hodges trabalharem com a noção de estrutura e modelo, essa definição é, em linhas gerais, a *inconsistência₁*. Observemos que esses dois autores, já ao enunciar sua definição, tratam ‘inconsistência’ e ‘contradição’ como termos sinônimos. A outra noção é chamada de consistência sintática. Um conjunto de fórmulas é *consistente sintaticamente* se o \perp não é derivável desse conjunto (Chiswell & Hodges, 2007, pp. 90 e 126). Em outras palavras, um conjunto de fórmulas é *inconsistente sintaticamente* se, e somente se, desse conjunto se deriva \perp . Se inspecionarmos todas as regras sintáticas do sistema de dedução deste livro, a única que é capaz de introduzir o \perp é a regra que permite que ele seja introduzido quando temos uma derivação da fórmula P e também uma derivação de sua negação $\sim P$ (Chiswell & Hodges, 2007, pp. 217-222). Portanto podemos igualar essa noção de inconsistência a que Chiswell e Hodges chamam de ‘inconsistência sintática’ com aquela a que Mates chama de ‘consistente com respeito à derivabilidade’, isto é, à *inconsistência₂* acima.

A segunda definição de inconsistência não faz menção a interpretações ou a estruturas, mas a derivações sintáticas de sentenças da forma $P \& \sim P$, quer dizer, a derivações de contradições. Ou melhor, numa linguagem simples, poderíamos dizer

que essa definição tentaria capturar nossa tendência pré-teórica de *avaliar* um sistema de crenças ou um discurso como *inconsistente* se ele possui sentenças contraditórias ou se dele é possível deduzir contradições. É interessante nos perguntar se, ao final, qualquer explicação adequada da noção de inconsistência não faria uma remissão necessária ao conceito contradição. Acreditamos que seja possível que os conceitos consistência e inconsistência tenham como base e, por isso, de certa forma, dependam do conceito de contradição e até do princípio de não-contradição. Não nos surpreenderia que o PNC estivesse na base ou na “definição” de mais um conceito. Todavia essa não é uma questão que investigaremos em nossa dissertação. Importa-nos mostrar que o “preço” pela autocontradição é a inconsistência, não que a noção de inconsistência ela mesma seja reduzível ou dependente do PNC. Por esse motivo e por pretender ser uma noção meramente sintática, essa segunda definição de inconsistência não parece servir para nossos propósitos.

A primeira noção de inconsistência, por sua referência às noções de ‘interpretação’ e ‘verdade’ e por não explicitamente reportar-se a contradições (sentenças da forma $P \& \sim P$), talvez, forneça-nos incentivo para iniciar nossa investigação sobre o que é inconsistência. Se entendermos ‘interpretação’, de maneira coloquial, o que claramente não é a intenção desses manuais de lógica matemática, como o processo e resultado de uma atitude de procurar compreender o que um outro diz, podemos asseverar que o discurso inconsistente é aquele a que não conseguimos compreender, aquele a que não somos capazes de entender como estariam as coisas (o que seria o caso) se aquele discurso fosse verdadeiro (suas condições de verdade).

3.2.2

Que queremos dizer com o termo ‘inconsistência’?

Em coautoria com Grice, Strawson descreve uma possível maneira pela qual conseguiríamos explicar a alguém a noção de ‘impossibilidade lógica’. Primeiro poderíamos tentar contrastá-la com a noção de impossibilidade física ou natural. Grice e Strawson nos imaginam pedindo para a pessoa a quem estamos instruindo (nosso pupilo) que considere dois exemplos. Os exemplos utilizados são a de uma criança ser um adulto e a de uma criança entender a teoria dos tipos de Russell (Grice & Strawson, 1956, pp. 150-1).

No primeiro exemplo, uma pessoa X afirma: (1) “Meu vizinho é uma criança que compreende a teoria dos tipos de Russell”. No segundo exemplo, uma pessoa Y declara: (1’) “Meu vizinho é uma criança que é um adulto”.

Imaginando o decorrer da conversa diríamos, no primeiro exemplo, que a pessoa X (2) “Você está querendo dizer, de maneira hiperbólica, que a criança em questão é muito inteligente”. Se X insistisse: (3) “Não, eu quis dizer exatamente o que eu disse”, responderíamos (4) “Eu não acredito em você. Tal coisa é impossível”. Neste primeiro caso, talvez, apesar de parecer altamente improvável, se fôssemos levados à presença dessa criança e ela, de fato, conseguisse expor a teoria dos tipos e fosse até capaz responder a algumas de nossas perguntas sobre a teoria, então declararíamos (5) “De fato, essa criança é um prodígio! E é verdade: uma criança de três anos entende a teoria dos tipos de Russell! ”.

Por outro lado, consideremos a conversa análoga que teríamos com Y no segundo exemplo. Diríamos (2’) “O que você quer dizer é que essa criança é capaz de fazer coisas muito avançadas para sua idade”. Supondo que Y insistisse (3’) “Não, eu quis dizer exatamente o que eu disse”, ainda, no processo de tentar compreender o que Y quis dizer, é possível que retrucássemos (4’) “Talvez você queria dizer que a criança sofre de alguma doença rara que a impede, mesmo com o passar dos anos, que ela envelheça ou, talvez, seja o caso que ela, apesar de ter, digamos, três anos, já está com o corpo maduro devido à ação anormal de hormônios”. Se Y respondesse (5’) “A criança não tem nenhum tipo de anormalidade, ela realmente é uma criança e ela realmente já é um adulto!”. Neste momento, ou um pouco mais tarde, no decorrer da conversa, perderíamos a paciência e começaríamos a achar que Y não entende o significado de algumas palavras que usa.

Como nos destacam Grice e Strawson, a menos que Y esteja preparado para admitir que está usando as palavras, num sentido metafórico ou diferente do usual, nós não entenderíamos o que ele está dizendo e declararíamos que sua frase inicial não tem sentido algum. Enquanto no primeiro caso não acreditaríamos em que X disse, no segundo, não entenderíamos o que Y disse. Se no primeiro, estaríamos nos preparando para uma situação altamente improvável e que refutaria o que conhecemos sobre desenvolvimento infantil, no segundo, não sabemos para o que nos preparar, não temos a menor ideia. O preço que o discurso de X paga é o de ser

alvo da incredulidade e o de Y é o da incompreensão (Grice & Strawson, 1956, p.151).

Essa elucidação de ‘impossibilidade lógica’ de Strawson e Grice será nosso entendimento do conceito de *inconsistência*. Observamos que Strawson, diversas vezes, trata os termos ‘inconsistente’ e ‘logicamente impossível’ como sinônimos, por exemplo, quando escreve “variantes de ‘é inconsistente’ são ‘é autocontraditório’, ‘é logicamente impossível’, ‘é logicamente falso’” (Strawson, 1952, p. 21). Não seguiremos o autor, quando iguala ‘inconsistência’ com ‘autocontradição’ (*Seção 3.2* acima), contudo concordamos que a impossibilidade que aparece na formulação do PNC é a impossibilidade lógica e a qual, neste segundo argumento, será explicada pela noção de inconsistência.

Essas definições ou elucidações de ‘consistência’ e ‘inconsistência’ de Grice e de Strawson não nos aclaram de antemão que sentenças ou conjuntos de sentenças são consistentes ou não. Se evitarmos, assim, a tentação de nomear qualquer uma dessas elucidações de inconsistência como ‘autocontradição’, elas podem servir de preparação para, mais tarde, mostrarmos que o preço que se paga pela autocontradição (o proferimento de um tipo determinado de sentença ou conjunto de sentenças) é a inconsistência.

3.2.3

Exemplos

Listaremos alguns exemplos em que o discurso não é inconsistente - já adiantamos que eles também não contrariam o princípio de não-contradição.

Primeiro exemplo: “Jung simpatizava e não simpatizava com Freud”, “O que você quer dizer com isso?”, “Quero dizer que, apesar de *conscientemente* admirar Freud, Jung *inconscientemente* desejava a morte de Freud”. Segundo exemplo: “Fumar é bom e não é bom”, “O que você quer dizer com isso?”, “Quero dizer que fumar é prazeroso, mas, ao mesmo tempo, faz mal para a saúde”. Terceiro: “João está e não está dentro da sala”, “O que você quer dizer com isso?”, “Neste exato instante, João está no meio da saída, ele tem seu centro de gravidade no plano imaginário que divide o interior e o exterior da sala de aula, seu corpo está metade do lado de dentro e metade do lado de fora”. Quarto: “Isto não é um livro, é a Metafísica de Aristóteles!”, “O que você quer dizer com isso?”, “A Metafísica de Aristóteles não é um livro qualquer, é muito difícil de se entender”.

Insistimos que a possibilidade de uma explicação satisfatória, como as que foram dadas nos exemplos acima, é uma condição suficiente para uma expressão fazer sentido, para que entendamos algo, mesmo que seja para discordar.

3.2.4

Uma noção contemporânea de contradição

Podemos nomear de “estratégia do Capítulo 3” essa ideia de paráfrase ou possibilidade de paráfrase que mencionamos no final da última seção. Alguém profere uma frase com forma ou aparência de contradição, e.g. “Esta flor é vermelha e não vermelha”. Essa frase nos convida a perguntar “O que você quer dizer com isso?”. Se quem proferiu “Esta flor é vermelha e não vermelha” conseguir explicar o que quer dizer, então diremos que esse discurso *não* é autocontraditório. Por exemplo, talvez (a) se explique que está em dúvida se a flor é vermelha ou qual é o tom de vermelho ou (b) se explique em que sentido (ou aspecto) a mesma flor pode ser vermelha e em que outro aspecto ela (a mesma flor) pode não ser vermelha. Talvez a flor seja vermelha em sua maior parte, mas tenha uma pétala negra.

A essa “estratégia de paráfrase” conecta-se à noção contemporânea do que é se autocontradizer. Não diremos que alguém se autocontradiisse (ou mesmo que seu discurso é inconsistente) pelo simples fato de ter proferido uma frase em uma determinada forma, e.g. $a \text{ é } F \text{ e não } F$. Poderia ser que um professor dissesse “Esta flor é vermelha e não vermelha” como um exemplo dentro de uma aula de português. Se o professor está usando a frase apenas para ressaltar ou exemplificar uma regra do português, o professor não se contradisse. Diríamos que seu discurso é contraditório (e, mais tarde, defenderemos que ele também é inconsistente) apenas se ele dissesse “Esta flor é vermelha e não vermelha” e que, assim como ele afirma, estão as coisas e, se negasse a dar maiores explicações, talvez decretando que isso só tem sentido para ele e ponto final. Em outros termos: o discurso de alguém é *contraditório* apenas se ele insistir em dizer que $a \text{ é } F \text{ e não } F$ tem sentido para ele e apenas para ele, e que é exatamente isso que ele quis dizer e que não dará maiores explicações. Se não é possível, em princípio, explicar nada, e.g. se não é possível, em princípio, explicar em que aspecto $a \text{ é } F$ e que, em outro sentido, $a \text{ não é } F$, e se ele só aceita responder à questão “O que você quis dizer com isso?” com “eu quis dizer exatamente o que eu disse e é exatamente assim que as coisas estão”, logo diremos que seu discurso é autocontraditório. Faz parte de nossa noção de

contradição ou autocontradição esse se remover do “jogo de linguagem” de dar e pedir explicações, esse não mais aceitar dialogar com um outro, essa falta de disposição em se precisar o que se quis dizer (confira Strawson, 1952, p. 7 e Tugendhat & Wolf, 1996, p. 52).

Uma outra maneira de explicar o principal desta seção é imaginar que estamos lendo um texto. Suponhamos que no texto esteja escrito ‘(a) Capitu traiu Bentinho e (b) ao mesmo tempo ela não o traiu, não é correto dizer que (c) *ela traiu e não traiu* e nem podemos dizer que (d) *nem ela traiu, nem ela não traiu*’. Certamente não devemos concluir de uma passagem isolada que o autor é um irracionalista e que ele pensava contraditoriamente. A questão não deve ser se a frase selecionada tem uma *forma* contraditória, mas se *o pensamento* por detrás dessas palavras é consistente ou não. Isto é, podemos parafrasear, ou explicar esta frase, de maneira consistente e inteligível com a totalidade do artigo sem fazer violência ao pensamento que está sendo expresso pelo autor do texto? Se isso é possível, o fato de que o pensamento do autor foi escrito e pode ser expresso em forma (ou aparência) de contradição é irrelevante. Por exemplo, talvez, o autor acredite que “apesar da divergência de opiniões, defesas e acusações, a questão se Capitu traiu ou não Bentinho é completamente irrelevante”. Se esse for o caso, o que o autor quis dizer com a frase pode ser enunciado sem inconsistência, de forma inteligível e não contraditória. Contradição ocorreria apenas se alguém insistisse que “Capitu traiu Bentinho e, ao mesmo tempo, ela não o traiu...” e que, nessa ótica, está se usando o mesmo sentido de ‘traição’ e que o que está escrito aqui não pode ser melhor explicado, muito menos de forma consistente. Nesse caso, a frase é tanto inconsistente, quanto contraditória e, mais importante, esta será nossa opinião: ninguém acredita nela, pois não há algo que se possa compreender da frase.

3.3

Predicados vagos

O argumento, pelo menos como descrito na *Seção 3.1*, não pode ser convincente pelo simples motivo de muitos de nossos predicados, ou talvez todos possuírem sentido vago. Um segundo ponto seria a conexão com a negação foi deixada apenas sugerida.

Uma objeção inicial à tese aristotélica do “postulado da determinação do sentido” – isto é, a tese de que, para darmos algo a entender com frases singulares

predicativas, os predicados que usamos precisam ter um significado determinado – é a existência de palavras polissêmicas e homônimas, ou seja, palavras que reúnem vários significados sob uma mesma grafia ou fonologia. Exemplos do português são palavras como “vela”, “manga” e “banco”. Dado que usamos, com frequência, predicados com uma multiplicidade de significados, como Aristóteles pode exigir que *podemos dizer algo de determinado somente se o predicado significa algo de determinado?* À essa objeção Aristóteles propõe duas respostas. *Primeira:* se com o termo ‘F’ podemos significar tanto F_1 , como F_2 , como F_3 etc, basta que se escolha um dos significados, por exemplo, com ‘F’ se quer dizer F_3 (e não F_1 , nem F_2 etc) (*Met.* 1006a34- b5), pois, se queremos dizer algo de determinado com *a é F*, provavelmente, não deveríamos deixar a frase ambígua. Se o que temos em mente com a frase *‘a é F’*, na verdade, *é a é F_3* , por exemplo, então *F* significa aqui determinadamente F_3 e não outra coisa. *Uma segunda resposta:* não há problema que um predicado ‘F’ tenha uma pluralidade de significados F_1 , F_2 , F_3 etc, desde que essa pluralidade seja determinada (*Met.* 1006a34- b5). Ou seja, desde que essa multiplicidade de sentidos seja uma multiplicidade delimitada. Com isso acreditamos que Aristóteles queira dizer: não há problema que ‘F’ possa significar *F_1 ou F_2 ou F_3* , desde que *F* não signifique tudo e qualquer coisa indiscriminadamente. Mesmo admitindo que ‘banco’ tenha uma multiplicidade de sentidos em português, essa multiplicidade (a) não é ilimitada (não há um número infinito de sentidos) e, com certeza, (b) essa multiplicidade não inclui tudo e qualquer coisa, por exemplo, ‘banco’ não significa *flor* nem *água*. Em outras palavras, se ‘F’ tem uma certa multiplicidade de significados, *F_1 ou F_2 ou F_3* , então podemos considerar que o sentido de *F* é determinado, pois *F* significa *F_1 ou F_2 ou F_3* e não outra coisa.

A principal objeção ou questão que se coloca é: existem predicados vagos. Expliquemos. Dizemos que uma palavra é *vaga* se existem objetos que nem ficam, de modo claro, excluídos da extensão da palavra, nem ficam claramente incluídos na extensão do predicado. Por exemplo, se estamos diante de uma peça de mobília extremamente estilizada, em uma exposição de móveis numa feira de design, podemos ficar em dúvida se podemos descrevê-la como uma “cadeira” ou não. Uns dizem que se trata de uma cadeira, outros juram que é um banquinho. Podemos imaginar que uma mesma pessoa, diante do objeto, não consegue se decidir se aplica a palavra “cadeira” ou “banquinho”. Admitimos que, para a maioria dos

objetos, com os quais nos deparamos no dia a dia, sabemos sem equívoco ou hesitação se se trata de uma cadeira ou não. Não se nega que haja um enorme consenso de quais objetos são cadeiras (caem sob a extensão da palavra “cadeira”) e quais não o são (quais ficam excluídos da extensão da palavra “cadeira”). Nosso propósito, ao imaginar um exemplo de uma peça de mobília de um estilo muito diferente dos que estamos habituados, foi mostrar que, mesmo para palavras ordinárias como “mesa” e “cadeira”, parece não existir um critério de aplicação absolutamente preciso e perfeitamente determinado. Citamos mais dois exemplos que, talvez, fossem considerados casos “paradigmáticos” de palavras vagas: consideremos as palavras “calvo” e “pobre”. Mesmo que se saiba, exatamente, quanto é a renda familiar de uma pessoa, não é sempre fácil classificá-la como “pobre”, pois o conceito de pobreza, além de relativo, inclui - não apenas características quantitativas (critério de renda) – mas também critérios qualitativos como exclusão social. Quais são exatamente esses critérios? Podemos dizer que a maioria das pessoas usa de maneira competente essa palavra sem ter noção precisa de seu significado. O termo “pobre” é uma palavra vaga. O sentido da palavra “calvo” também não é determinado. Há pessoas que possuem pouquíssimos cabelos e, claramente, são calvas. Outras têm muito cabelo e elas, de modo claro, não são calvas. Mas há pessoas que possuem cabelos e são calvas. Mesmo que se saiba quantos cabelos tal pessoa possui, pode haver discordância se ela é ou não calva (uns acham que sim e outros acham que não) e pode ser que um mesmo sujeito não saiba dizer (fique em dúvida) se essa pessoa é ou não calva, pois “calva” é uma palavra vaga. Pode suceder que queiramos tornar a palavra mais precisa, uma definição poderia ser “calvo é uma pessoa que antes tinha uma quantidade x de fios de cabelo por centímetro quadrado, agora, há uma redução de p por cento dessa densidade em certa região z de sua cabeça ou que pelo menos aparenta ter uma tal perda”. Se nos vemos deparados com a necessidade de precisar (determinar) o que se quer dizer por certas palavras, em algumas situações, isso se deve ao fato de as palavras e, talvez, a maioria delas não ter de imediato seu significado determinado. Nessa ótica, a primeira objeção ao argumento do modo como ele foi apresentado na *Seção 3.1* é: o “postulado da determinação do sentido” parece incorreto, já que fora de contextos matemáticos ou científicos as palavras têm significado vago, ou seja, não determinado.

3.3.1

A função dos predicados

Para responder à objeção da existência de predicados vagos, auxiliar-nos-ão as explicações de Strawson, a saber, sua caracterização funcional da semântica de termos gerais:

Um dos principais propósitos para os quais empregamos a linguagem é o de relatar eventos e descrever coisas e pessoas. Tais relatos e descrições são como que respostas a perguntas da forma: “Como aquilo estava?”, “Como isto (ele, ela) está?”. Descrevemos algo, dizemos como isto está, ao aplicar a este algo palavras, palavras que estamos também dispostos a aplicar a outras coisas. Mas não a todas as coisas. Uma palavra que estivéssemos dispostos a aplicar a tudo sem exceção (tais como certas palavras empregadas na fala corrente, coloquial e militar) seria inútil para os propósitos da descrição. Pois quando dizemos como uma coisa está, nós não apenas a comparamos com outras coisas, nós também a diferenciamos de outras coisas. (Estas não são duas atividades, mas sim dois aspectos de uma mesma atividade) (Strawson, 1952, p. 5).

Tugendhat pondera sobre essa passagem que o emprego de um predicado (seu uso ou sua função) é, “segundo Strawson, o fato de o classificarmos (compararmos-e-diferenciarmos) através dele um objeto” (Tugendhat & Wolf, 1996, p. 49). Se a função de algo é aquilo, para o qual esse algo é empregado ou usado, então, está-se dizendo que a função de um predicado é o de classificação, em que usamos termos gerais, no ato de predicação, para classificar objetos. Para explicar o que seria esse ‘classificar’, Tugendhat escreveu ‘comparar-e-diferenciar’. Como consta na passagem de Strawson citada acima, aplicamos um predicado a alguns objetos e a outros não, ao fazermos isso, estamos *comparando* todos os objetos aos quais aplicamos e, ao mesmo tempo, os *distinguimos* daqueles que não aplicamos. Por exemplo, quando declaramos que um objeto ‘é vermelho’, estamos (a) comparando-o, dizendo que ele é semelhante, com respeito à sua cor, a todos os objetos que também são vermelhos e, simultaneamente, (b) estamos separando-o, distinguindo-o, dizendo que ele é diferente de todos os objetos que não são vermelhos. Quando aplicamos um predicado a um objeto, nós o classificamos o que significa: declara-se o objeto como algo que é tal como outros objetos a que aplicamos o termo predicado e não como aqueles a que não o aplicamos. Ou seja, um predicado é algo que serve para comparar e para distinguir. Essas não são duas atividades, como enfatiza Strawson, mas, sim, dois aspectos de

uma mesma atividade. A função de classificação significa um comparar-e-distinguir.

Há um outro comentário de Tugendhat que ajudaria a reforçar a afirmação de que “comparar” e “diferenciar” são dois lados da mesma moeda. Se se aceitasse que há uma relação entre compreender e explicar o sentido de termos linguísticos, podemos nos perguntar como explicamos o significado de um termo geral? O autor alemão escreve: “explicar (neste sentido) significa mostrar o que se compreende, transmitir uma compreensão, tornar compreensível” (Tugendhat, 2006, p. 212). Por exemplo, explicaríamos o uso do termo ‘vermelho’ não exibindo o conceito abstrato, nem apontando para a essência geral da vermelhidão (pois, se esses objetos existem, eles não podem ser literalmente mostrados ou exibidos), mas, sim, mediante outras palavras (e.g. mediante definições) ou em exemplos. Se deixarmos a ideia de uma explicação meramente verbal de lado (pois recolocaríamos a pergunta de como aprendermos os termos gerais usados nessa explicação por meio de palavras), resta exibir àquele a quem queremos explicar o significado do termo vermelho objetos a que aplicamos o termo ‘vermelho’ e outros objetos que negamos o predicado ‘vermelho’. (Claro, se a pessoa em questão já compreende a palavra “cor”, poderíamos apontar para uma amostra dizendo “vermelho é a cor deste objeto”. Contudo estamos tentando elucidar o significado do termo geral ‘vermelho’ sem pressupor termos gerais de maior complexidade.) Explicamos o significado de um predicado com exemplos positivos (objetos cujo termo pode ser corretamente aplicado) e com exemplos negativos (objetos cujo termo pode ser incorretamente aplicado). Os exemplos positivos de objetos vermelhos (“Isto é vermelho”) mostram certa comparação e os exemplos negativos (“Isto não é vermelho”) mostram do se distinguem (ibid., p. 212). Alguém que compreendeu o significado do termo geral vermelho deve ser capaz de entender o uso correto e o uso incorreto do termo. Ou seja, não exigimos que aquele que compreende o termo ‘vermelho’ sempre aplique corretamente o termo, mas que ele seja capaz de entender (sozinho ou com ajuda de outros) seu erro e se corrigir. (Por exemplo, alguém pode aplicar incorretamente o termo ‘vermelho’ a uma folha de papel branca que estava, sem saber, iluminada com luz vermelha; contudo o sujeito, que compreende o significado do termo ‘vermelho’, deve ser capaz de entender que estava enganado, e.g. quando observar a folha exposta a condições de iluminação padrão).

Por que, poder-se-ia perguntar, apenas o exibir de “casos positivos” não seria suficiente para explicarmos o que um predicado significa? Poderíamos responder como Strawson sugere (na passagem citada): uma palavra que pudesse ser corretamente aplicada a todo e qualquer objeto seria inútil para os propósitos aos que associamos com o descrever. No entanto o real motivo da necessidade de “exemplos negativos” tem como base, pelo menos ao nosso modo de ver as coisas, o fato de uma regra não poder ser extraída apenas da observação de aplicações corretas da regra. Intuitivamente: seria insuficiente, para o entendimento de uma regra, que se expliquem apenas condições *suficientes* do que constituem aplicações corretas dessa regra. Mesmo que comecemos a enumerar *explicitamente* as regras de um jogo, há de se colocar uma cláusula final dizendo “essas são as únicas regras permitidas e nada mais é permitido”. Um exemplo: se queremos definir um conjunto A , não basta dizer que a_1 pertence à A e a_2 pertence à A e a_3 pertence à A . A não ser que esteja implícito que “nada mais está em A ” ou que “ A é o menor conjunto que contém esses três elementos”. Claro que poderíamos dizer A é o conjunto que consiste de a_1 , a_2 e a_3 . Todavia, quando dizemos isso, se isso de fato determina um conjunto, devemos ter entendido, pelo menos tacitamente: o que faz um elemento *qualquer* x ser um membro de A é que ele seja idêntico a a_1 , ou seja, idêntico a a_2 , ou seja, idêntico a a_3 e *nenhum objeto que não seja idêntico a a_1 , nem a a_2 , nem a a_3 é um elemento de A* . A necessidade de uma cláusula de fechamento “e nenhum objeto que não seja... é um elemento de A ” faz remissão, nessa analogia, à necessidade da compreensão do que seria para um objeto x *falhar* em satisfazer um termo geral F , ou seja, o que seria para um predicado F *não* convir a um x . (Retornaremos, no fim da *Seção 3.4.1*, à “necessidade de exemplos negativos” por uma tentativa de conectar a função de classificação com a noção de negação. Lembrando que a conexão deste argumento com a negação é nossa segunda questão, c.f primeiro parágrafo da *Seção 3.3*).

É importante que se destaque o que *não* entendemos por predicação. Não estamos entendendo que aquilo que se diz de um objeto, numa frase singular predicativa, seja um “algo” que está sendo *ligado*, por meio de alguma síntese misteriosa, com o objeto. Em outras palavras: numa frase singular predicativa, não entenderemos o ato de predicação como tendo a função “ligar” o objeto (que está no lugar do termo singular) com algo (que estaria sendo denotado pelo termo geral). Essa visão de entender predicação Tugendhat atribui ao filósofo estagirita: “em

Aristóteles tem-se a impressão de que o predicado representa algo em si, algo que é de algum modo ligado ao objeto” (Tugendhat & Wolf, 1996, p. 49). Estamos entendendo, sim, junto com Strawson, *de partida* o predicado pela função que desempenhada no discurso, em frases singulares predicativas, ao relacionar-se com termos singulares. Rejeitamos que predicados seriam análogos a “frases de uma palavra só” que são “estímulo dependentes”, i.e. expressões que seriam proferidas em relação a uma situação, e.g., quanto ao estímulo causado pela presença de um objeto vermelho gritaríamos “vermelho!”. Predicados são predicados por serem complementados a termos singulares formando frases articuladas, frases que são compreendidas e usadas de maneira relativamente independentemente de uma situação de percepção. Entendemos, também, que o termo geral, usado como predicado, está *classificando* o objeto que está pelo termo singular, ou seja, a função do predicado é, no mínimo, o de *classificar* ou *caracterizar* objetos. Escrevemos “no mínimo”, pois gostaríamos de deixar sinalizada a possibilidade de que se trate de uma noção ainda mais complexa – talvez a noção de predicação, se analisada em mais detalhe, revele-se mais exigente que a mera classificação.

3.3.2

O postulado da determinação do sentido

Para lidar com o fato de que a maioria, decerto todos os predicados não tenham sentido determinado (ou seja, sejam vagos), entenderemos diferentemente o “postulado da determinação do sentido”. Não mais estabeleceremos, como Aristóteles parece exigir, que o predicado tenha sentido determinado, mas apenas que o sentido do predicado seja determinável. Essa “determinação do sentido” significará o ato de *determinar*, ou seja, o ato de *precisar* o que se quer dizer. Esse outro “postulado da determinação do sentido” versa sobre a necessidade de, em certos contextos dialógicos, precisar-se o sentido do que se diz. Essa segunda maneira de entender a “determinação do sentido” é a maneira como Strawson o faz (Strawson, 1952, pp. 5-7). Num diálogo, em que um quer entender o que o outro diz, às vezes, é necessário que se precise o que se estava querendo dizer – como ocorre com os exemplos das seções anteriores, com as palavras “cadeira”, “vermelho”, “calvo” e “pobre”. Essa determinação - no sentido de ato de determinar, no decorrer do diálogo, o sentido das expressões que usamos – não é necessariamente uma determinação absolutamente precisa e final. Basta que o

sentido seja precisado de maneira suficiente para o propósito daquela interação e diálogo. Se se precisa (se determina) o que se quer dizer, e.g. com o termo geral “cadeira”, até onde é necessário para que o diálogo possa prosseguir. Não é uma determinação absolutamente precisa e final, pois pode haver necessidade de novos esclarecimentos ou podem surgir novas dúvidas, num outro contexto, quanto ao que se quer dizer com aquela expressão linguística.

Para terminar a seção, descreveremos uma representação diagramática com o objetivo de tornar manifesta a *diferença* entre o “postulado da determinação do sentido” que estamos associando a Aristóteles e o que associamos a Strawson. Imaginemo-nos diante de um quadro negro, o qual desenhemos com um giz o pontilhado de uma *circunferência*. Com esta circunferência, pretende-se delimitar um conjunto de pontos, no quadro, que são *externos* a essa circunferência e, ao mesmo tempo, delimitar o conjunto dos pontos do quadro que são *internos* a ela. Como é comum em representação diagramática, nos chamados diagramas de Venn ou de Euler, deixaremos os pontos interiores da circunferência (o *círculo* ou *disco* que tem como fronteira o nosso pontilhado a giz) representar a extensão de um termo geral F ; e os pontos do quadro exteriores à circunferência, os objetos que *não* estão na extensão de F . Alguém poderia nos perguntar, alguém que queremos instruir (nosso pupilo), se um ponto do quadro pode ser tanto F como *não- F* . Um pupilo inteligente poderia perguntar isso apontando a um ponto na *fronteira* do disco ou círculo, isto é, para algum dos pontos da circunferência que tracejamos a giz. Como Aristóteles responderia ao pupilo? Para Aristóteles, desde sempre, a extensão do termo geral ou predicado é absolutamente determinada, visto que o significado do termo geral já estaria precisamente especificado desde o início. Seria como se, para cada ponto do quadro negro, Aristóteles já tivesse definido se ele pertence ou (exclusivo) não ao interior do círculo. Ou seja, seria como se já soubéssemos, para cada ponto da *fronteira* do círculo (viz. para cada ponto da circunferência a giz), se ele representa ou não algo na extensão de F . Tendo Aristóteles especificado tudo previamente (e.g. para cada ponto da fronteira, se ele está no interior ou não), o aluno ou pupilo, ao marcar um ponto da fronteira já estaria, sem saber, marcando um ponto que representa F ou (exclusivo) um ponto que representa *não- F* . Como o interior e o exterior do círculo que representa F está muito bem delimitado de antemão, seria *impossível* para o aluno apontar para um ponto que seja F e *não- F* , i.e. seria impossível a ele apontar para um ponto que

“violasse” o PNC. Em contrapartida, como Strawson enxergaria a situação? Sugerimos que, para Strawson, essa especificação ocorreria à medida que fosse necessária. Ou seja, é como se Strawson e a pessoa (o pupilo) com quem dialoga estivessem especificando, determinando juntos a fronteira do disco ou círculo com o “auxílio” do PNC. Não se exige que seja especificado e determinado de antemão cada ponto da fronteira que representa F e cada ponto da fronteira que representa não- F , como Aristóteles o faz. E é possível e mais importante que esse processo de determinação da fronteira seria, para Strawson, estendido no tempo, não sendo exigido que esse processo (de responder, para cada ponto, se ele está ou não está em F) seja completado, em sua totalidade, para que o diálogo prossiga – se é que seja possível falar, neste contexto, de determinação completa (a linha de giz que compõe circunferência tracejada sempre tem uma espessura não desprezível). A determinação só acontece, quando, no decorrer da aula sobre uso dos diagramas, alguma dúvida ocorre. Para a grande parte dos pontos, que serão utilizados, está claro se ele está ou não no interior do círculo ou disco. Quando (e se) surgir dúvida, utiliza-se (ou pressupõe-se) o PNC, para determinar a fronteira, até onde seja necessário determinar. (Pressupõe-se aqui o PNC, pois a pergunta “Este ponto aqui está na extensão de F ?” espera, como resposta, um “sim” ou um “não”, mas não se admite como resposta um “sim e não” - a menos que possa ser explicado em que aspecto poderia ser sim e em que outro poderia ser não. Esse “não se admite uma resposta ‘sim e não’” será explicado na *Seção 3.4*, cuja metáfora da fronteira e sua relação com a pressuposição do PNC, será retomada para concluir o argumento).

3.4

Retomando e concluindo o primeiro argumento

Após a citação que abre nossa *Seção 3.3.1*, o texto de Strawson continua: deve haver (ou devemos conceber que haja), em algum lugar, um limite de aplicabilidade de uma palavra (um termo geral, um predicado) que é usada para descrever coisas (Strawson, 1952, p. 5). Ou seja, para que uma palavra seja capaz de desempenhar uma função de classificação, é necessário que, em algum momento, uma “fronteira seja traçada”, isto é, devemos compreender que não é qualquer objeto e qualquer aspecto de objetos que satisfazem F . E isso entendemos como o equivalente: devemos *conceber que existe um limite* de aplicação correta da palavra F e que, fora desse limite, é incorreto aplicar a palavra F . Encontramo-nos,

Strawson sugere, a decidir se um ponto da fronteira é ou não seu interior, ou melhor, estamos a precisar (determinar) a fronteira, quando, mesmo sabendo todos os fatos anteriores do diálogo e interação, hesitamos na aplicação de uma palavra. Reconheceríamos que estamos, em uma dessas fronteiras, em cima da linha, quando a pergunta “Isto é vermelho?” podemos responder “Mais ou menos, eu suponho que, se você quiser pode chamar isso de vermelho sim” (Strawson, 1952, p. 5), que, também, mostra que a fronteira é a área de indeterminação.

Continuando com sua metáfora de “traçar fronteiras”, Strawson afirma que quem traça essas fronteiras somos nós, mas faz a ressalva: literalmente falando, não fazemos (pelo menos não sempre) essa decisão de maneira consciente; e nem essa decisão é feita de maneira arbitrária (Strawson, 1952, p. 5). (Podemos traçar uma fronteira de maneira consciente e arbitrária, por exemplo, numa definição estipulativa num livro de matemática, contudo é razoável crer que as fronteiras das palavras foram traçadas não por indivíduos, mas pela comunidade, que as recebemos pela tradição, quando aprendemos uma língua e que essas fronteiras refletem nossos interesses, as necessidades humanas, ao se fazer descrições). Dizemos que certos objetos são frutas e outros não, que algumas pessoas são estrangeiras e outras não, que certos hábitos são bons e outros não, e é razoável que isso tenha como propósito nos informar o que podemos fazer com eles, como devemos lidar com eles, o que se pode inferir e pensar uma vez que os classificamos dessa forma. Portanto a possibilidade de dar algo a entender com uma frase declarativa singular predicativa está baseada no fato de o predicado ser informativo. E um predicado ser informativo significa que com ele podemos afirmar que um objeto está de um lado (e não do outro) da linha da fronteira – uma linha que é traçada pelo que nós entendemos como uso correto e incorreto do predicado. E é isso que significa traçar uma fronteira: reunir, selecionar coisas, separando-as, diferenciando-as de outras coisas.

Tugendhat utiliza-se dessa metáfora da fronteira, para retomar e completar o argumento que lê em Aristóteles, nosso primeiro argumento: se aceitasse que o valor informativo de um ato de predicação (descrição por um enunciado singular predicativo) depende de, por meio dessa predicação, um objeto ser colocado de um lado em vez de outro de uma linha, segue-se imediatamente que, “se colocamos o objeto tanto de um quanto de outro lado da linha, o valor informativo do enunciado é zero” (Tugendhat & Wolf, 1996, p. 50). Ou melhor, o fato de se afirmar que um

objeto é *F* e *não-F*, i.e. o ato de se contradizer resulta em informação zero sobre o objeto. É assim que se explica o preço que se paga pela contradição, que constitui a necessidade do PNC e o que significa dizer que o PNC é válido: ao se contradizer não se diz nada, ao nos contradizermos nosso próprio falar é suprimido (Tugendhat & Wolf, 1996, p. 54). Aquele que responde sobre qual seria a cor de uma flor, afirmando que ela é vermelha e, simultaneamente, não-vermelha e não está disposto a precisar o aspecto em que a flor é, sim, vermelha e a precisar sob qual aspecto a flor não o é - aquele que não está disposto a dar nenhuma clarificação desse tipo, quem diz “Eu tenho em vista exatamente o que disse: ela é vermelha e não é vermelha”- , esse alguém se contradiz, e o preço que ele paga é o de não ser compreendido, o de não dar nada a entender (Tugendhat & Wolf, 1996, p. 52).

Para ilustrar essa conclusão, Tugendhat usa, como analogia, o jogo de xadrez, ao escrever que esse sujeito, contradizendo-se, é como alguém que, ao iniciar o movimento de uma peça de xadrez, retorna ela ao seu lugar inicial; entendemos que um lance no jogo *iria* ser feito, mas, como imediatamente o lance foi recuado, nenhum lance *foi* feito (Tugendhat & Wolf, 1996, p. 52). Mas é originalmente em Strawson que encontramos as mais vívidas analogias:

Alguém que se contradiz pode ter tido sucesso em exercitar suas cordas vocais. Mas, do ponto de vista da transmissão de informação, da comunicação de fatos (ou de falsidades) é como se ele nunca tivesse aberto a boca. Ele profere palavras, mas não dá nada a entender. Ele pode ser comparado com o homem que se desfaz de alguma coisa para imediatamente depois pega-la de volta. Ele cria uma expectativa que ele não cumpre; e talvez esse tenha sido seu propósito. Similarmente, pode ter sido o propósito de alguém, ao proferir uma contradição, o de criar perplexidade. Contudo, o propósito *padrão* do discurso, a intenção de comunicar algo a alguém, é frustrado. Autocontradizer-se é como escrever algo num papel e então apagar ou riscar o que se escreveu (Strawson, 1952, pp. 2-3).

3.4.1

Planos de incompatibilidade

Para se referir ao fato de que predicados como ‘vermelho’, ‘verde’, ‘azul’, entre outros predicados de cores, são mutualmente excludentes, Strawson se expressa da seguinte maneira, introduzindo uma nomenclatura: esses termos para cores pertencem ao mesmo “plano de incompatibilidade” (Strawson, 1952, p. 6). Uma palavra como ‘vermelho’ tem certo “âmbito de incompatibilidade”, pois ela é incompatível com ‘verde’ e ‘amarelo’, mas não com ‘retangular’. O predicado

‘retangular’, nesta terminologia, pertence a um outro plano (ou âmbito) de incompatibilidade, um plano em que estão os predicados ‘circular’, ‘pentagonal’ entre outros termos para formatos de figuras. Diremos que ‘retangular’ e ‘circular’ estão no mesmo plano, pois se excluem reciprocamente, assim como ‘vermelho’ e ‘não-vermelho’ excluem um ao outro.

Um dos objetivos dessa clarificação, envolvendo a terminologia de “planos de incompatibilidade”, é: se aplicamos um predicado F a um objeto, isso não significa que é contraditório e resulte em inconsistência aplicar qualquer outro predicado H; só implicaria uma autocontradição (i.e. resultando em inconsistência), se esse outro predicado H pertencesse ao mesmo plano de incompatibilidade que F, em outras palavras, para utilizar a notação do *Capítulo 2*, apenas se H é um não-F. Por isso, ‘ter 1,70 m de altura’ é incompatível com ‘ter 1,89 m de altura’, mas não é incompatível com ‘ser agressivo’ (Strawson, 1952, p. 6). Um outro exemplo: podemos dizer de um mesmo relógio que ele é *vermelho e anguloso* sem contradição alguma (Tugendhat & Wolf, 1996, p. 50). Não resulta, necessariamente, em contradição aplicarmos predicados diferentes ao mesmo objeto: ‘ser anguloso’ significa algo distinto de ‘ser vermelho’. Todavia, como estamos enfatizando, do enunciado ‘este relógio é anguloso’ não permitiremos que se infira ‘este (mesmo) relógio é não-vermelho’. O sentido de um predicado F é determinado não porque se diferencia de todos outros predicados, mas, sim porque diferenciamos objetos por meio desse predicado F (ibid., pp. 50-51). O objeto ao qual aplicamos F é diferenciado de outros objetos ao qual se nega F.

Poderíamos nos perguntar se toda linguagem precisa possuir termos que são incompatíveis, isto é, se é necessário que haja pelo menos dois termos que tratássemos como que pertencentes ao mesmo plano. A resposta de Strawson é: não é necessário, mas que é muito natural que haja (Strawson, 1952, p. 5). Devemos lembrar que, na opinião de Strawson, somos nós, usuários e falantes da língua, que tornamos predicados incompatíveis. Mais precisamente: é o uso que fazemos dos termos que inclui, também, o modo como ensinamos uns aos outros esses termos, que acaba demarcando alguns incompatíveis com outros; e esses usos e decisões de demarcação não são necessariamente conscientes e nem totalmente arbitrários (Strawson, 1952, pp. 5 e 8), cf. *Seção 3.4*. Strawson chega, inclusive, a sugerir que o fato de não utilizarmos tanto o termo ‘não-azul’ e nem possuímos uma palavra (pelo menos em inglês e português), para designar coisas, que têm cores diferentes

da azul (como temos uma palavra para designar pessoas não-saudáveis, a saber, a palavra ‘doente’) dever-se-ia, provavelmente, que, para nossos propósitos e interesses, o termo ‘não-azul’ é relativamente muito indeterminado. Seria em razão de nossos interesses e necessidades, para o propósito de descrição, que teríamos uma enorme gama de expressões (termos gerais) que são incompatíveis, viz. temos uma série de termos para cores além do ‘azul’ (Strawson, 1952, p. 6).

Independente dessas sugestões de a razão de ser natural que uma linguagem tenha termos incompatíveis podemos citar um motivo, ao nosso ver, mais essencial. Para isso, devemos retornar às questões, relacionadas, “O que é um predicado?”, “Qual é a sua função?”, “O que é compreender um predicado?”. Gareth Evans defende que reconhecer, em semântica, *uma estrutura predicativa*, em certas frases, envolve fornecer uma explicação de como a verdade dessas frases depende de suas partes (Evans, 1975, pp. 345-347). A proposta de Evans é: tratar uma expressão linguística, como sendo um predicado, envolve associá-la a uma certa condição, condição essa cuja satisfação determina a verdade ou a falsidade das frases em que essa expressão ocorre. Se estamos analisando filosoficamente a semântica de expressões, ao *tratar um certo termo como predicado*, somos obrigados a indicar, mesmo que não precisamente, o que seria a satisfação dessa condição (ibid., pp. 348-349). Ser capaz de identificar, listar toda e cada uma das “disposições ou condições empíricas” tais que um objeto satisfaria o predicado, “não nos permitiria identificar tal condição, pois essa informação sozinha não nos fornece nenhuma pista do que seria o objeto *falhar* em satisfazer tal condição” (ibid., p. 349). Mesmo que tenhamos listadas muitas das condições ou disposições empíricas tais que ‘*se x é (ou nos afeta) de tal e tal maneira então é verdadeiro que x é branco*’, ainda, restaria a questão o que significa avaliar o enunciado ‘*x é branco*’ como não sendo verdadeiro? Se não se explica o que é o objeto *x* falhar em ser *F* (i.e. o que é o predicado *F* não convir a um objeto *x*), os enunciados da forma ‘*x não satisfaz F*’ significariam nada mais do que “nada aqui satisfaz *F*”. Não queremos compreender o enunciado (a) ‘*x é branco é não verdadeiro*’ como (sendo um sinônimo de) (b) “o fato *x é branco* não existe”, nem como (c) “*x é branco é um estado-de-coisas não real*”. O enunciado “*x falha em satisfazer F*” significa “o termo geral ‘*F*’ não convém ao objeto *x*”, isto é, “*x não é, realmente, F*”. Se (1) a verdade do enunciado ‘*x é branco*’ depende da distribuição das cores ao redor, na superfície do objeto *x* e se (2) estamos falando de um objeto *x* real e existente ao qual faça sentido atribuir

cores, então (3) de “o termo geral ‘branco’ não convém ao objeto x” compreende-se algo sobre a distribuição de cores, em volta do objeto x, a saber: que o objeto x *não é, realmente, branco* ou, neste caso, que *x é não-branco*. Repetindo: se estamos falando de um objeto x, real e existente ao qual seja adequado atribuir cores, compreender que “*x é branco não é verdadeiro*” significa entender que objeto x *falha* em satisfazer o predicado branco, ou seja, que x *não* satisfaz o predicado branco, isto é, que x não é realmente branco. Portanto, deste objeto x (ao qual não seja um erro categórico atribuir cores), podemos afirmar que *x é não-branco*. Para chegarmos à mesma conclusão, de outro modo: se aceitamos que o predicado classifica objetos, em geral, aceita-se a função de *comparação*, isto é, que, ao predicarmos F de um objeto, estamos afirmando que ele é, em algum sentido, *semelhante* a outros. Contudo, cf. *Seção 3.3.1*, ao agrupar um objeto com seus semelhantes, estamos tacitamente diferenciando-o de outros, ou seja, para entender a aplicação correta de um termo, devemos ter algum entendimento do que seria a sua aplicação incorreta – não necessariamente nós, como falantes de uma língua, mas nós, como filósofos que pretendemos entender o que é um predicado. Ao aplicar um predicado F a algo, com a função de descrever esse algo, estamos implicitamente excluindo que se aplique qualquer predicado H incompatível com F. Há razões “teóricas”, se quisermos nos expressar assim, que relacionariam (a) o entender o que é um objeto satisfazer F com (b) o que seria ele falhar em ser F, que, por sua vez, ou em muitos casos, seria interdependente com (c) entender o que seria para esse objeto satisfazer não-F. (Poderia ser que, na linguagem, não haja uma palavra, um termo geral, para se referir ao que designamos por ‘não-F’, mas *se* houver, ela será incompatível com F.) Se essa última sugestão não parece convincente, afirmaremos a existência de predicados incompatíveis como sendo um fato da linguagem ordinária, um fato que constamos e elucidamos.

3.5

Conclusões

Neste capítulo, apresentamos o primeiro argumento que constitui a primeira parte de nossa defesa ao PNC. A interpretação de Ernest Tugendhat de como funcionaria o argumento de Aristóteles na *Metafísica* e a comparação feita com um argumento de Peter Strawson, encontrado no livro *Introduction to Logical Theory*, formam os dois eixos principais desta primeira parte de nossa defesa. Aristóteles

(como interpretado por Tugendhat) e Strawson exibem quase o mesmo argumento. Se por um lado, Aristóteles exige que predicados sejam determinados e tenham sentidos determinados, Strawson admite predicados vagos, sentidos não determinados. Enquanto, para o primeiro, dizer algo é dizer algo de determinado e já aceitar o PNC, para o último, o PNC é utilizado para determinar qual é o significado, para buscar clareza no diálogo, para entender o que o outro quer dizer. Para o Aristóteles de Tugendhat, a validade do PNC é fruto da determinação do significado – predicados possuindo sentidos determinados desde sempre, um “estado de determinação estático e atemporal”. Para Strawson, o PNC seria uma condição para o ato, o processo de determinação do significado – determinação aqui seria um “processo dinâmico e estendido no tempo”. A conclusão tanto de um como de outro é a mesma: aquele que se contradiz não dá nada a entender, pois contradizer-se é afirmar que “algo é e não é” evitando dar maiores explicações. Aquele que se contradiz remove-se do jogo de linguagem de dar e pedir explicações e, como não está dialogando, há uma falha ou interrupção na tentativa de compreender algo em específico do qual se possa perguntar “Isso é verdadeiro?”, “Por que isso é verdadeiro?”, “Em que condições isso é verdade?” etc.